

## **ROTAS DE SENTIDOS: Pós-colonialismo e Globalização**

### **Uma tendência das Humanidades que não pode ser ignorada – um breve apontamento**

**Fernanda Gil Costa**

**Universidade de Macau/ Universidade de Lisboa**

RESUMO: o objectivo desta comunicação é visitar sob a forma de um roteiro adequado ao tema dominante da conferência - “Rotas de Sentidos” - as tendências de um dos campos de orientação mais trilhados actualmente dentro do espaço das Humanidades: o pós-colonialismo.

Praticado no âmbito de várias áreas de produção científica sob várias designações, o pós-colonialismo, que designa sobretudo o conjunto de problemas, questões e indagações do mundo actual posterior à descolonização de vastos territórios em África, América do Sul e Ásia, pretende argumentar que o saber não é indiferente ao estado do mundo e à sua história.

“No tempo das Grandes Descobertas, a importância cósmica desta aventura escondia aos olhos da Europa o colonialismo nascente. Mais tarde a mesma Europa teve também demasiado interesse em esconder, em conjunto, este colonialismo”.

(Eduardo Lourenço, 2014:346.)

Pode entender-se uma rota de sentidos, expressão que tomei emprestada ao título desta conferência, como um percurso assinalado por marcas identificáveis e etapas pré-definidas que conduzem a um objectivo conhecido. Os vários percursos que orientam os peregrinos para um lugar sagrado dentro de um caminho esotérico (Fátima, Lourdes, Santiago de Compostela) são exemplos dessas rotas em que espaço e significado se unem e confundem na intenção de consagrar uma passagem entre lugares ou realidades. Por isso uma rota de sentido pode em sentido figurado apontar também uma evolução ou um progresso material, espiritual e / ou intelectual.

O assunto que nos motiva nesta comunicação sobre rotas e sentidos é a orientação actual das Humanidades que dá pelo nome de pós-colonialismo nos estudos culturais e interculturais, nos estudos literários e em várias

subdisciplinas dos Estudos Sociais. Com raízes nos estudos ingleses de cultura e literatura durante a década de 80 do século XX e também nos estudos comparados, as orientações do pós-colonialismo tornaram-se rapidamente transversais a vários campos disciplinares e interdisciplinares logo na década seguinte, como atesta a publicação de (Bill) Ashford, (Gareth) Griffiths e outros: *Postcolonial Studies: The Keyconcepts*, de 1998 (Routledge), com segunda edição em 2001. Constituindo uma primeira enciclopédia de mais de cem entradas sobre o novo campo de estudo, em torno de conceitos que têm feito história no pensamento crítico das últimas décadas, tais como identidade, diáspora ou hibridismo, tornou-se rapidamente um roteiro incontornável para as academias não só para aquilo que os estudos pós-coloniais designam *stricto sensu* - história cultural e social de países ex-colonizados na era da globalização e suas relações com os ex-impérios; como também para a sua utilização *lato sensu*, mais crítica e adequada ao estudo comparado da cultura económica, social e global do mundo posterior à descolonização concluída na segunda metade do século XX, que se estende dos países capitais de Império na Europa e Américas, à Índia, vários países da Ásia-Pacífico e da África, incluindo novos países e regiões de língua oficial portuguesa como Macau e Timor.

Na qualidade de rota de sentidos e roteiro de viagens geográficas e intelectuais é o *lato sensu* que nos interessa neste caso, isto é, considera-se pós-colonialismo o conceito chave para designar a evolução económica, social e cultural da pós-modernidade do mundo em geral, implicando também o extenso período que abrange pelo menos parte da história da chamada modernidade e englobando várias etapas da história recente, em que se incluem naturalmente o colonialismo e outros períodos de definição e balizas temporais difusas como o pós-modernismo e a última fase de globalização posterior a 1989. Por essa razão, também a última fase da descolonização europeia ocorrida já no século XX no pós-guerra e que se estendeu até meados da década de 70 no caso de Portugal, é considerada a etapa final de um processo iniciado anteriormente e não um *case study* particular para efeitos de explicação e entendimento do mundo pós-colonial. A crítica que em alguns casos se faz ao pós-colonialismo tanto por acentuar aparentemente a dimensão temporal para que aparentemente remete o

prefixo 'pós', tanto por recentrar a questão colonial e a colar de novo a países que lutam por desligar-se desse passado, não é aqui considerada pertinente, uma vez que o colonialismo e o imperialismo são encarados como características globais e transversais de uma dada fase do desenvolvimento global em que economia, sociedade e cultura de ex-colónias e ex-metrópoles foram contaminadas pelas distinções subjacentes a tal sistema de ordenação e exportação das relações globais de poder.

O tema do pós-colonialismo atravessa hoje grande parte dos estudos que se realizam na área das humanidades e tem a ver igualmente com a pertinência de pesquisas recentes relacionados com a história de matriz pós-colonial logo a partir do século XVIII, da independência do Brasil e dos Estados Unidos da América, ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, já que a descolonização se iniciou de facto muito antes da segunda metade do século XX.

Também a questão de saber se os trajectos dos estudos pós-coloniais de origem anglo-saxónica se podiam adequar a realidades necessariamente diferentes em certos pormenores, como Portugal e Espanha, que tinham iniciado mais cedo a colonização de territórios além-mar e perseguido objectivos parcialmente diferentes, pôs-se desde o início para pensadores contemporâneos de língua espanhola como Anibal Quijano e Walter Mignolo, e de língua portuguesa como Inocência Mata e Boaventura de Sousa Santos.

Num artigo ainda inédito – “Localizar o ‘pós-colonial’”, Inocência Mata<sup>1</sup> interroga-se sobre a pertinência da designação, suas ambições e genealogia e ainda sobre os instrumentos de vocação contra-hegemónica que operam mais ou menos construtivamente dentro do campo, considerando o instrumentário conceptual do pós-colonialismo adequado a uma contextualização necessária dos fenómenos culturais e literários recentes.

Fernando Arenas considera, por seu lado, que a concorrência das expressões Pós-colonialismo e Globalização não são mutuamente exclusivas mas se

---

<sup>1</sup> Mata, Inocência, “Localizar o ‘pós-colonial’” (inédito, publicação prevista para 2016).

sobrepõem em grande medida já que se focam em fenómenos interrelacionados e com impacto reconhecido no mundo contemporâneo<sup>2</sup>.

Sendo as questões referidas pertinentes e acompanhando de perto as preocupações de Paula Meneses e Sousa Santos, entre outros, sobre as ‘epistemologias do Sul’<sup>3</sup>, interessa aqui sobretudo situar a questão do pós-colonialismo entre as várias alternativas de pensamento legitimador de rotas excêntricas para os discursos periféricos e subalternizados de várias línguas e geografias cujas tradições não conseguiram até hoje firmar uma epistemologia alternativa à dominante. Este facto estende-se à aceitabilidade de cânones de autores, histórias e visões que divirjam do padrão eurocêntrico e não inclusivo de várias línguas europeias e extra-europeias, culturas e perspectivas do / ao ‘sul’ da Europa. Este ‘sul’ é também simbólico e mede-se pela lateralidade e excentricidade face ao centro imaginário, incluindo também por isso, a nosso ver, o oriente (quer próximo quer extremo).

Antes ainda do fim da descolonização, durante as lutas pela independência, os autores e intelectuais das ex-colónias iniciaram também a produção de um pensamento crítico e libertador nas variadas línguas da colonização, de matriz ocidental mas devidamente filtrado pela força das práticas locais e pela vontade de emancipação, como aconteceu nos casos de Frantz Fanon, Amílcar Cabral ou Albert Memmi. Na verdade, também as práticas culturais dos pensadores e autores dos territórios colonizados pela língua e cultura portuguesa revelaram a necessidade de problematizar questões particulares e, sobretudo, a vantagem de uma aproximação diferenciada e atenta aos pressupostos históricos, linguísticos e culturais específicos dos respectivos territórios.

---

<sup>2</sup> F. Arenas escreve a propósito: “Ultimately, ‘postcolonial theory’ and ‘theories of globalization’ need not be considered mutually exclusive or competing discursive domains...” (Arenas, 2011: XXIII).

<sup>3</sup> Esta denominação abrange para os autores “...(o) conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante”, sendo esta epistemologia dominante operada igualmente pelo sistema colonial (Sousa Santos *et al*, 2009).

Walter Mignolo foi um dos que oportunamente chamou a atenção para a importância da colonização extensiva quer vida material quer imaterial, incluindo a colonização da memória de tradição oral pela literacia ocidental pronta a narrar pela escrita tradições de matriz oral desde os primeiros séculos da colonização, devidamente assimiladas pelas técnicas narrativas da ficção, da história e da narrativa convencionais.

Por isso, evocamos neste apontamento alguns dos estudos recentes do influente professor argentino que já ensinou em Indiana, no Michigan e actualmente na Duke University. Autor de uma obra vasta, o estudo intitulado “The Darker Side of the Renaissance. Literacy, Territorialization and Colonization” (1995, 2ªed. 2003) tornou-se incontornável nos estudos sobre Pós-colonialismo e Globalização<sup>4</sup>. O seu argumento principal tem pontos em comum com Aníbal Quijano, por exemplo, que cunhou o conceito de *colonialidade*, em oposição a colonialismo, salientando a importância, para além das relações de poder, da construção do conhecimento, a evolução da linguagem, as práticas culturais e o pensamento sob influência da realidade material e mental do colonialismo. Para Mignolo, o lado ‘mais escuro’ ou obscuro do Renascimento - ou da modernidade (obscuro porque desconhecido, invisível ou silenciado) é justamente a colonização entendida como um fenómeno complexo de exploração e organização territorial, mas também de evolução das línguas e da pedagogia e sobretudo da episteme científica. Para citar apenas o início do quarto capítulo do livro, com o exigente título: “On describing ourselves describing ourselves”, Mignolo sublinha um paradigma de auto reflexão a que a ciência em geral está hoje muito atenta, e anuncia: “*This book is about the colonization of languages, of memories, and of space that took part when the ‘fourth part’ of the world, the New World, began to emerge in the European consciousness*” (Mignolo, 2003: 1).

É possível negligenciar por agora a complexidade da palavra *Renascimento*, no título de Mignolo, uma vez que ela é usada e conhecida sobretudo por historiadores da cultura e da arte. Porém, não deve ignorar-se que a palavra

---

<sup>4</sup> *Local Histories/Global Designs: Coloniality. Subaltern Knowledges and Border Thinking* (1999). Traducción al castellano: *Historias locales / diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal. 2002

aparece frequentemente associada a era moderna e/ ou modernidade e à fase da expansão europeia das viagens marítimas planetárias que os povos ibéricos, portugueses e espanhóis em primeiro lugar, planearam e realizaram pelo vasto mundo então ainda apenas suposto, não cartografado e maioritariamente desconhecido pelos europeus.

A modernidade é normalmente descrita em termos de uma complexa constelação de fenómenos materiais e imateriais relacionados com aquilo a que Kant chamou, já no século XVIII e nos alvares do Iluminismo, a saída do homem da sua menoridade consentida rumo à maioridade auto-emancipada. É um assumido herdeiro de Descartes, Galileu e Newton, para não falar de Machiavel e Giordano Bruno, entre muitos outros. A modernidade assistiu à substituição definitiva da Escolástica e do realismo aristotélico pelo cartesianismo, ao crescimento e divulgação da Enciclopédia como tentativa de descrição e apoderamento do mundo, à descrição dos apriori kantianos do espaço / tempo na subjectividade, na acção da racionalidade e na produção de conhecimento, e também, claro, às revoluções Americana e Francesa. Apesar do discurso normalmente apologético e entusiástico sobre o Iluminismo<sup>5</sup>, talvez o primeiro grande período ideologicamente progressista e devotado ao futuro da história moderna, apesar da enfática e robusta ideia de progresso então desenvolvida, muitos filósofos e sociólogos do século XX dedicaram parte do seu esforço à elucidação dos chamados ‘paradoxos’ do Iluminismo, da razão instrumental e das ideias de progresso e racionalidade bem como ao lado sombrio da modernidade, que Mignolo actualmente também denuncia.

Refere-se a propósito apenas um exemplo, uma obra maior dos sociólogos alemães exilados da Europa durante a Segunda Guerra Mundial, Horkheimer e Adorno<sup>6</sup>, da chamada Escola de Frankfurt, intitulada “*Dialéctica do Iluminismo*” (1944) e dedicada à problemática reflexão sobre os paradoxos do progresso alegadamente contínuo e progressivo, porém, depauperado e ameaçado já no século XX por impensáveis erupções de barbárie e caos, de que tinham sido involuntárias testemunhas durante o Nazismo.

---

<sup>5</sup> É o autor do importante ensaio “Was ist Aufklärung?”....

<sup>6</sup> Theodor Adorno/ Horkheimer, *Dialektik der Aufklärung*

Quando Mignolo fala de Renascimento e Modernidade convoca uma visão complexa desses conceitos em que o colonialismo aparece como o lado mais escuro da modernidade. De acordo com ele, a partir de um dos artigos em que explica o seu entendimento da globalização actual bem como o seu início no século XV europeu (e não na Antiguidade greco-romana), citamos: ... *“the modern worldsystem locates its beginning in the fifteenth century and links it to capitalism. This spatial articulation of power, since the sixteenth century and the emergence of the Atlantic commercial circuit, is what Quijano theorizes as “coloniality of power”.* (Mignolo, 2002:60).

O colonialismo /colonialidade é visto, pois, como o outro lado da linha que define a modernidade, corresponde à deslocação progressiva do capitalismo e do mercantilismo do Mediterrâneo para o Atlântico, atingindo o auge com o comércio das especiarias e dos escravos de África e iniciando bastante mais tarde a última fase de declínio em termos de hegemonia territorial, económica e civilizacional, na segunda metade do século XX.

Outras obras relativamente recentes sobre a primeira fase da globalização têm vindo a iluminar e situar a origem, transformação e deslocamento do comércio mundial, das migrações populacionais em massa e da convergência global da cultura eurocêntrica e seus avatares nos séculos do Renascimento, relevando o papel crucial e o impacto de longa duração das viagens marítimas e de circum-navegação para a modernidade. Por isso, a era das Descobertas das grandes rotas marítimas entre 1450 e 1580 foi designada por vários historiadores e sociólogos como a primeira fase da globalização, embora de desenho e alcance primitivo quando comparado com o actual.

Também Boaventura de Sousa Santos, por exemplo no seu trabalho já referido - *Epistemologias do Sul* (2009), utiliza uma conceptualização binária para organizar e desenvolver um roteiro de compreensão e explicação da globalização e do pós-colonialismo<sup>7</sup>. À semelhança de Mignolo, Sousa Santos considera que o

---

<sup>7</sup> Em S. Santos o termo pós-colonialismo não é geralmente utilizado porque o autor prefere globalização, pós-moderno oposicional e ainda *descolonialidade*.

pensamento moderno é abissal,<sup>8</sup> i.e., construído e produzido em torno de eixos contraditórios e dicotómicos que pressupõem um segundo eixo oculto, logo, secundário, submerso e invisível. Também por ser invisível não pode contribuir para contestar a universalidade do paradigma visível, que assim se torna (na aparência) hegemónico. Citamos: “*A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade de co-presença dos dois lados da linha.*”(S. Santos, 2009:24) Assim, desenvolvendo a reflexão sobre a modernidade europeia e eurocêntrica em torno de dois conceitos estruturantes da modernidade, *regulação* e *emancipação*, o sociólogo constata que o lado avançado e hegemónico da realidade em que aparentemente *emancipação* substitui e complementa progressivamente *regulação*, o Ocidente, esconde e oculta a verdadeira distinção espacial entre espaço metropolitano e colonial, que fundamenta o primeiro eixo, sendo que no segundo espaço, o do território colonial, o regime da *emancipação* não é aplicável. Citamos: “*Nestes (nos territórios coloniais) aplica-se uma outra dicotomia, a dicotomia apropriação/violência que, por seu turno, seria inconcebível aplicar deste lado da linha*” (S. Santos, 2009: 24).

A história das “lines of amity” que desde o século XVII regulamentavam e legitimavam diferentes aplicações do direito e da justiça nas metrópoles e nas colónias, permitindo que a paz entre as metrópoles não impedisse a luta pelo controlo e supremacia nas zonas coloniais, é especular face à dupla articulação da política de guerra e paz e à gestão e administração metropolitana do domínio colonial. Esta distinção entre metrópole e colónia suporta ainda a episteme científica que organiza o conhecimento e (apoderamento) sistemático do verdadeiro e do falso na ciência, através da razão instrumental (como foi designada por Adorno / Horkheimer) que valoriza o domínio da natureza face ao conhecimento desinteressado, regulamenta a linguagem e os protocolos e critérios de legitimação científica, para além dos quais só existe crença e magia.

---

<sup>8</sup> Por isso chama ‘pós-abissal’ ao pensamento pós-moderno e à epistemologia de orientação contra-hegemónica (Cf. Sousa Santos e Paula Meneses (org.) *Epistemologias do Sul*, 2009).



Se finalmente nos focarmos na situação contemporânea decorrente da evolução mundial na era dos mercados globais, da cultura globalizada e das migrações massivas provocadas por guerras e conflitos regionais ainda na sequência da descolonização, percebemos que o pós-colonialismo, ou melhor a pós-colonialidade - o estado posterior ao progressivo apagamento e pulverização da grande linha de separação entre o mundo metropolitano e o mundo colonial (que não apagou, no entanto, as formas e os regimes de dominação, apenas os esbateu e desviou) bem como o deslocamento dos vários segmentos desarticulados da linha de norte para sul e, mais recentemente, de ocidente para oriente; veremos que esse trânsito corresponde também à micro-difusão das divisões e dos conflitos e à globalização rizomática das linhas de fronteira que se têm deslocado das margens para o interior das metrópoles. A violenta luta anti-globalização nas metrópoles ocidentais e o terrorismo global parecem fenómenos originados sobretudo pelo desregulamento do espaço e seus vazios territoriais, e pelo arbítrio das fronteiras que deixaram de delimitar os tradicionais estados-nação e 'comunidades imaginárias' aparentemente coesas, transformadas pelas migrações massivas dos séculos XX e princípio do século XXI em convulsivos aglomerados tribais.

À episteme científica que actualmente vigia e hegemoniza o conhecimento e as suas práticas contrapõe Sousa Santos uma 'ecologia dos saberes' em que o diálogo entre as tradições locais de conhecimento subordinadas a paradigmas excêntricos e protocolos de verdade divergentes contestem e diversifiquem o paradigma hegemónico do conhecimento eurocêntrico, e a sua racionalidade predominantemente instrumental. Para Sousa Santos, a epistemologia científica actual *"representa uma versão drasticamente reduzida e, portanto, um empobrecimento da grande diversidade de culturas e epistemologias que circulavam na Europa na altura da expansão colonial europeia"* (S. Santos: 2009, 17). Por isso, sendo a ecologia dos saberes em primeiro lugar uma deriva utópica e dialogante da prática científica não inclusiva e hegemónica do mundo contemporâneo, ela é também um desafio ao pensamento económico e cultural dos agentes de educação, pesquisa e inovação que visem uma produção científica verdadeiramente global e inclusiva. Ao contrário da fuga de cérebros dos países

subalternos e marginais para o centro do sistema, por exemplo, a alternativa pode passar pela deslocação e suporte dos centros de pesquisa pelas margens e periferias do mundo globalizado.

Não há dúvida de que o pensamento sobre a rota do pós-colonial se tem feito até agora em torno da situação actual da pós-colonialidade em África e na América do Sul. Tal pensamento sustenta, aliás, a expressão de ‘epistemologias do sul’ já que no continente americano Canadá e Estados Unidos representam especularmente o trânsito das epistemologias do norte europeu para o norte americano global (embora a presença da colonização espanhola nos Estados Unidos esteja em franca expansão e tenso reconhecimento).

Continua praticamente impensado, porém, o perfil pós-colonial do oriente, especialmente o do Extremo Oriente, em todos os seus vectores, sendo o caso de Macau, ex-colónia portuguesa de história muito particular e sorte pós-colonial muito diversa das restantes ex-colónias, um caso praticamente não nomeado nos estudos actuais das humanidades e particularmente perplexo e desafiador.

Em Hong Kong, ao contrário, sob a égide dos Estudos Culturais iniciou-se já desde 2001, pouco depois do *hand over*, um estudo sistemático e de múltiplos vectores teóricos e empíricos sobre o (possível) processo de alteração ou continuidade da ‘identidade de Hong Kong’ face à renovada e sustentada influência da China continental.

Enquanto John Nguyet Erni reclama sem subterfúgios a condição do pós-colonial para a Hong Kong contemporânea, quando afirma: *“Especially during the last few years before the hand over – in other words during the state of imminent decolonization – this desire for history fueled a scholarship aimed at documenting and theorizing our rapidly transforming identities (...) The ‘archives’ were everywhere, in official discourse, public sphere and popular play alike”* (Erni, 2001:392), num estudo publicado no mesmo volume sobre o perfil da componente local na definição identitária do cidadão de Hong Kong, Anthony Fung escrevia que a presença e insistência em etiquetas como “chineseness” e “chinese identity” durante o período de transição podem ter contribuído para reforçar a resistência da vertente local do chamado “people of Hong Kong”, bem

como terem incentivado a busca de laços para a continuidade e a refundação de uma nova 'comunidade imaginada' numa procura de resistência à nova hegemonia; e explica a propósito: *"Resistance in this sense is not merely about the building of a defensive mechanism in reaction to dominant institutions, but is also a re-definition of the identity boundary for such labels as 'Hong Kong people' and 'Chinese People' (Fung, 2001: 594).*

Em Macau, porém, e segundo Wai-man Lam (2010), o discurso oficial desenvolvido durante o período da transição e mesmo antes, a partir da década de 80 ainda com a administração portuguesa, durante o fim do período colonial, alicerça-se sem equívocos sobre a ideia da cidade plataforma, multilingue, multirracial e sobre o designado encontro de culturas. Essa visão parece ter-se constituído progressivamente como base identitária da comunidade pós-colonial da cidade tendo sido apropriada depois da transição e do *hand over* pela nomenclatura política como programa oficial de governo. Simultaneamente parece ter contaminado todo o discurso público, tornando-se este indistinto dos discursos dominantes na esfera pública macaense. Enquanto em outros espaços sujeitos de descolonização o discurso pós-emancipação assistiu a um propósito de resistência por vezes doloroso de captação de traços de identidade e afirmação particular da população e do espaço, em Macau assistiu-se excepcional e inesperadamente a uma reafirmação das componentes da herança histórica, de tipo colonial e pós-colonial: *"In fact, the Macau identity after 1999 represents a re-appropriation of the image of colonial Macau propagated by the Portuguese since the 1980s. Also identity making has been a process of incorporating instead of repressing or eliminating the identities of the 'other' and building a stand-alone national identity is not the prime task in the reconstruction of an identity"* (Wai-man Lam, 2010: 656).

Este estado das coisas não deixou de ter consequências no entendimento das questões específicas da esfera pública, designadamente na percepção dos fenómenos mentais e culturais da vida macaense. Não podendo neste momento desenvolver pormenorizada e convincentemente esta abordagem, ocorre-nos elencar apenas alguns tópicos que elucidam a ausência e distância de fenómenos

de clivagem e conflito dos discursos que percorrem e ocupam a esfera pública, incluindo o discurso crítico e académico em português.

Numa história recente da literatura de expressão portuguesa em Macau (2016)<sup>9</sup>, feita por um académico português, apesar de oferecida uma visão extensa e inclusiva das publicações, autores e tendências literárias no território desde o século XVI, a ideia da existência de uma literatura extra-territorial e local, quase sempre de autores comuns à literatura portuguesa e macaense, é predominante. Ao mesmo tempo, a explicação e entendimento dessa literatura, ou pelo menos de parte dela, a partir de uma revisão da dialéctica colonial – pós-colonial, do conflito mais ou menos latente ou do seu apagamento, do dialogismo apropriação / violência, está completamente ausente, isto é, a compreensão da esfera pública macaense actual ou passada permanece subtraída à sua longa experiência e vivência colonial e da (para já) curta experiência pós-colonial. Será este entendimento possível na longa duração e permitirá um conhecimento adequado da realidade cultural complexa e multifacetada de Macau?

Em sentido oposto, ressalve-se apesar de tudo o curto estudo de Christopher Larkosch sobre os problemas da história da literatura e cultura de Macau, especialmente o artigo recente (2012) que toma como pretexto o romance *O Mal*, de Paulo José Miranda (2002), utilizado essencialmente como ponto de partida para situar e identificar o lugar específico da literatura de expressão portuguesa de e sobre Macau. Para o autor, a escrita de expressão portuguesa de Camões e Fernão Mendes Pinto a Paulo José Miranda e Agustina Bessa Luís deve ser enquadrada fundamentalmente pela literatura de viagens e pelo afrontamento da vertente colonial e pós-colonial que mais ou menos veladamente nela se joga e mascara. Nesse artigo o autor adianta uma pergunta cuja oportunidade partilhamos e a cuja resposta pensamos dedicar algum esforço no futuro próximo. Apresentando-se o autor como um professor não nativo de português de alunos de essencialmente estrangeiros ou portugueses de segunda ou terceira geração (como é actualmente o nosso caso em Macau), o autor questiona-se sobre as maneiras de realizar esse ensino “talvez através da tradução entre os

---

<sup>9</sup> J. C. Seabra Pereira, *O Delta Literário de Macau*.

nossos modos imediatos de comunicação e outros, de forma a que se critique e suspenda os seus imaginados limites de poder e prestígio?” (Larkosch: 69, minha tradução). Nesse contexto, aquilo a que chama o ‘constructo’ da *Lusofonia* deveria ser repensado e reorganizado também em zonas limítrofes do ex-império português, como Macau, onde é possível pensar a sua renovação e actualização face à alteridade permanente e ao desafio bilingue (e multilingue) da população, da paisagem e das suas mutantes inscrições.

A rota de sentidos que aqui se aflora passa, pois, pela revisitação e reformulação da forma de ensinar português, não a metodologia, em primeiro lugar, mas a reflexão sobre o lugar da língua na história, no mundo actual, nos diálogos que a globalização tece e hierarquiza, nas possibilidades que ao seu desenvolvimento se abrem sobretudo no hemisfério sul e no oriente. É uma rota para uma nova geração de professores da língua portuguesa.

Fernanda Gil Costa

Universidade de Macau

## BIBLIOGRAFIA

- Adorno, Theodor / Max Horkheimer, *Dialektik der Aufklärung. Philosophische Fragmente*. Amsterdam (Querido Verlag) 1947.
- Arenas, Fernando, *Lusophone Africa. Beyond Independence*, University of Minnesota Press 2011.
- Erni, John Nguyet, “Like a Postcolonial Culture: Hong Kong Re-Imagined”, *Cultural Studies*, Vol. 15 (3/4) 2001, 389-418.
- Fung, Anthony, “What Makes the Local? A Brief Consideration of the Rejuvenation of the Hong Kong Identity”, *Cultural Studies*, vol. 15 (3/4) 2001, 591-601.
- Larkosch, Christopher. “On Returning to Macau, Greater China and the Making of Contemporary Postcolonial Narratives”. *Review of Culture* (Macau), Nr 41, 2012, 65-71.

- Lourenço, Eduardo, *Do Colonialismo como Nosso Impensado*, Lisboa (Gradiva) 2014.
- Mata, Inocência. “Localizar o ‘pós-colonial’”, artigo inédito (a publicar brevemente).
- Mignolo, Walter, *Local Histories/Global Designs: Coloniality. Subaltern Knowledges and Border Thinking* (1999). Traducción al castellano: *Historias locales / diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal. 2002
- Mignolo Walter, “ The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference”, *The South Atlantic Quarterly*, Vol. 101, nr.1, 2002, 57-96.
- Quijano, Aníbal, “Colonialidade do Poder e Classificação Social”, *Epistemologias do Sul*, Coimbra 2009, 73-118
- Pereira, Seabra José Carlos, *O Delta Literário de Macau*, Macau (IPM) 2016.
- Santos, Boaventura de Sousa/ Maria Paula Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra (Almedina) 2009.
- Santos, Boaventura de Sousa, “Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes”, *Epistemologias do Sul*, Coimbra 2009, 23-72.
- Wai-man Lam, “Promoting Hybridity: The Politics of the New Macau Identity”. *The China Quarterly*, vol. 203, Setembro 2010, 656-674.



